

A EDUCAÇÃO INTEGRAL COMO POSSIBILITADORA DA CONSTRUÇÃO DA CULTURA DE PAZ E DE UMA ÉTICA UNIVERSAL

**The integral education as a promoter for a peace of
culture from universal ethics**

Thiago Dutra de Camargo e Diogo Onofre Souza
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
thiagodutrac@hotmail.com, diogo@ufrgs.br

RESUMO:

A educação integral é um dever do estado e um direito da sociedade, entendendo o homem como um ser complexo, dotado de múltiplas dimensões e procurando proporcionar o desenvolvimento de sua totalidade, empoderando-o de suas potencialidades. A perspectiva contemporânea de educação integral é baseada nos estudos de Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro, Paulo Freire, Jaqueline Moll, entre outros. Um dos objetivos principais dessa concepção é formar seres humanos atuantes no mundo, capazes de buscar soluções para os problemas sociais, econômicos e ambientais da atualidade. Nesse sentido, a construção de valores e de uma ética baseada no respeito ao outro, e a busca da consolidação da cultura de paz, aparecem como colaborativas nesse sentido. Os estudos de Jean Piaget e Ubiratan D'Ambrosio, além das considerações sobre a cultura de paz, seguem essa linha argumentativa.

Palavras-chaves: educação integral, construção de valores, cultura de paz, ética.

ABSTRACT:

The integral education is a state duty and a civil right that understands the human being as a complex self and gifted of multiple dimensions. This type of education intends to offer the integral development to human being as a way to empower all his potential. The contemporary perspective of integral education is based on studies from Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro, Paulo Freire, Jaqueline Moll and others. One of the main goals of this conception is to prepare humans being capable to be in this world, able to find solutions for the social, economical and environmental problems society is facing. In this sense, an etic based in the principles and values of respect and the search of consolidation of the peace culture. The authors Jean Piaget and Ubiratan D'Ambrosio, besides the considerations about the culture of peace, they work over this argumentative perspective, the integral education.

Key Words: integral education, values, culture of peace, etics.

Introdução:

A educação não está respondendo às demandas da sociedade brasileira, o que acaba por criar uma tensão entre o que a escola oferece e as necessidades do mundo. Passamos por uma crise em escala mundial, a globalização capitalista compartilhou os problemas sociais, econômicos, ambientais etc, mas também compartilha as possibilidades de resolução. Vivemos assolados por uma crise social que delega à miséria mais da metade da população mundial, onde o domínio da economia capitalista criou uma transgressão ética com a lógica de mercado sendo superior ao bem estar humano.

O planeta Terra passa por dificuldades ambientais, estamos esgotando os recursos naturais sem nenhum respeito pela vida. Não baseamos nossas atitudes levando em consideração suas repercussões durante as interações pessoais, esquecendo a máxima do fazer ao outro o que gostaria que fosse feito para você. Se analisarmos de forma genérica todas essas questões, se nota que a crise mundial deve ser entendida enquanto uma crise ética e de valores.

O objetivo deste artigo é apontar que a educação integral possibilita, graças a suas perspectivas, a formação de seres humanos mais éticos, agentes conscientes do processo de construção de um mundo melhor, através do enfoque de formação de valores e afirmação da cultura de paz. Na primeira parte propõe-se demonstrar que a educação integral é um dever do estado e um direito da sociedade, para tanto se faz necessário citar onde essa ideia é ressaltada na legislação educacional brasileira, trazendo argumentos e concepções de alguns teóricos como Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro, Paulo Freire, Jaqueline Moll.

Na segunda parte busca-se demonstrar a importante relação entre a perspectiva de educação integral e a construção de valores, de uma cultura de paz e na consolidação de uma *ética primordial* (D'AMBROSIO, 2012) ou *ética universal* (FREIRE, 2011). Essa proposta de educação entende o ser humano na sua complexidade, preocupando-se em interligar a prática pedagógica com a realidade, buscando construir seres críticos, atuantes na sociedade e benevolentes. Para tal, os estudos de Jean Piaget, Paulo freire, Ubiratan D'Ambrosio, o relatório Jacques Delors, entre outras referências, são utilizadas para reforçar o argumento.

A educação integral é um dever do estado e um direito da sociedade:

A educação vem sofrendo críticas por parte de seus teóricos e por quem está diretamente envolvido no processo educacional como professores, alunos e seus familiares. Os métodos empregados, os conteúdos trabalhados e os próprios objetivos do projeto de educação não cumprem com as demandas dos educandos contemporâneos, colaborando para as altas taxas de repetência e evasão escolar constatadas na realidade nacional¹. O conteudismo, o currículo estagnado e desconectado da realidade dos estudantes, o sistema de aula baseado na exposição do professor ou no livro didático, são fatores que colaboram para a escola não atrair crianças e jovens.

Os educandos não se contentam com uma educação que se ocupe unicamente com seu desenvolvimento cognitivo e conseqüente aquisição de conhecimentos específicos. Precisam se sentir atraídos, a escola deve ser local que possibilita interações

¹ Para ver os dados de defasagem idade série acessar: <http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>

sociais entre seus pares e que permita o diálogo entre as diferentes culturas juvenis². Para melhorarmos a educação precisamos reformular a escola e sua maneira de se comportar enquanto instituição, repensando suas finalidades e metodologias.

A educação integral é a possibilidade para uma mudança qualitativa e quantitativa na educação brasileira, ampliando o tempo escolar e reconhecendo o dever de se trabalhar as múltiplas dimensões do ser humano, formando-o física, intelectual e eticamente. Atualmente o paradigma de educação integral se alicerça em um conjunto de pressupostos básicos: uma escola pública, gratuita e de qualidade; a abertura da escola para a comunidade e da comunidade para a escola; valorização dos saberes populares; revisão dos currículos, inserindo temas como a construção de valores e a educação ambiental, entre outros; a articulação de diferentes campos e ações políticas; e a escuta das crianças e jovens, encarando-os como sujeitos e não objetos (MOLL, 2009).

A educação integral é um dever do estado e um direito da sociedade como aponta a legislação educacional brasileira nos artigos 205, 206 e 227 da Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei n.9.089/1990), nos artigos 34 e 87 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei n.9.394/1996), no Plano Nacional de Educação (PNE, Lei n.10.179/01), e no Fundo nacional de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEB, Lei n.11.494/07). A proposta do novo PNE prevê que metade das escolas públicas brasileiras ofereçam a educação integral para seus alunos até 2020³.

A professora Jaqueline Moll expõe as mudanças que essa concepção de educação deve acarretar:

“A ampliação do tempo de permanência dos estudantes tem implicações diretas na reorganização e/ou expansão do espaço físico, na jornada de trabalho dos professores e outros profissionais da educação, nos investimentos financeiros diferenciados para garantia da qualidade necessária aos processos de mudança, entre outros elementos. A concretização de tais mudanças requer processos de médio prazo que permitam aos sistemas de ensino e às escolas, em seu cotidiano, a (re)construção e o reordenamento material e simbólico do *modus operandi*.” (MOLL, 2012, p.28)

No Brasil as classes populares tiveram sua educação escolar graças a exigências do mundo de trabalho, sendo um ensino precário, com poucas horas por dia e poucos anos de escolarização, podendo assim inseri-los como mão-de-obra. As elites historicamente tiveram uma educação com tempo integral, com número maior de anos letivos, com possibilidades de acesso ao nível superior e demais especializações (GIOLO, in: MOLL, 2012). Atualmente, as camadas médias e altas da população complementam o tempo escolar de seus filhos com outras atividades no “contraturno”, a grande maioria pagas e oferecidas pela iniciativa privada (MOLL, in: MOLL, 2012, p.130).

O povo brasileiro é fruto de um desenvolvimento social desigual. Desde a época da colonização, nossa sociedade demarcou a distância entre as elites dominantes (brancas e europeias) e o resto da população negra, indígena e mestiça, delegada como mão-de-obra explorada. Formou-se um abismo econômico e cultural entre dominadores

² Sobre o tema ver: Maria Rita Kehl (2004) e Maurício Perondi (2013).

³ A legislação citada se encontra disponível nos sites do governo federal.

e dominados, sendo a educação um privilégio dos primeiros, os segundos foram excluídos do acesso à educação primária durante mais de quatro séculos, e depois tiveram sua oferta precarizada visando uma mínima qualificação dos trabalhadores para outras necessidades do mercado, não suprimindo as demandas educacionais da sociedade. Somos uma sociedade mestiça e ao mesmo tempo historicamente racista e eurocêntrica, formando um descompasso entre as oportunidades dos diversos setores sociais que compõem nossa heterogeneidade (RIBEIRO, 2006).

As Escolas-Parques de Anísio Teixeira⁴ e os Centros Integrados de Educação Pública (CIEP's) de Darcy Ribeiro⁵ foram práticas educacionais que se preocuparam com o aumento da carga horária do ensino público. Desde essas primeiras experiências se percebeu a educação integral pública como um enfrentamento das desigualdades sociais, das distâncias entre os setores sociais mais carentes e os mais privilegiados economicamente.

O professor Anísio Teixeira foi um dos primeiros a pensar em uma educação integral pública e democrática, que levasse em conta a formação de diversas dimensões constituintes do ser humano. Falava que uma educação escolar democrática tinha que *inculcar o espírito de objetividade, o espírito de tolerância, o espírito de investigação, o espírito da ciência, o espírito da confiança e de amor ao homem e o da aceitação e utilização do novo...com um largo e generoso sentido humano* (TEIXEIRA, 2009, p.49).

Na obra *Educação é um direito*, Anísio apresenta uma proposta de política pública de educação, buscando aumentar o tempo de permanência na escola e delegando os deveres dos órgãos federais, estaduais e municipais, considerando a autonomia da escola e a participação da sociedade. Constatava a necessidade, para se desenvolver uma educação de qualidade, da valorização da unidade escolar e do professor, e efetuar a interação da escola com a sociedade, possibilitando a todos o desenvolvimento de suas potencialidades (TEIXEIRA, 2009).

Com o passar das décadas o debate foi evoluindo, se percebeu que para resolver os problemas decorrentes da má formação educacional da população brasileira não bastaria aumentar a carga horária exclusivamente (tempo integral), e sim reestruturar a concepção de educação. A perspectiva contemporânea de educação integral resultante dessas análises é entendida como:

“Em sentido restrito, refere-se à organização escolar na qual o tempo de permanência dos estudantes estende-se para, no mínimo, sete horas diárias, também denominada, em alguns países, como jornada escolar completa. Em sentido amplo abrange o debate da educação integral – consideradas as necessidades formativas nos campos cognitivo, estético, ético, lúdico, físico-motor, espiritual, entre outros- no qual a categoria ‘tempo escolar’ reveste-se de relevante significado, tanto em relação a sua ampliação quanto em relação à necessidade de sua reinvenção no cotidiano escolar.” (MOLL: 2012. P.144-145)

Em 2007 o Programa Mais Educação é proposto como possibilidade de construção da agenda para a educação integral pública, e apresenta, desde então, as tarefas de mapear as experiências existentes, reavivar a memória histórica, e incentivar a

⁴ Sobre o assunto ver: Teixeira, 1950, 1959 e 1961. Almeida, 1988.

⁵ Sobre o assunto ver: Ribeiro, 1986.

construção de um *modus operandi*. O programa se instala em escolas com baixo “Índice de Desenvolvimento da Educação Básica” para assim agir nas comunidades possivelmente mais carentes. Moll (2012, p.135) apresenta os objetivos do programa trazidos pelo Decreto Presidencial n.7.083, 27 de janeiro de 2010 no seu artigo 3º, onde aparece a formação de uma política nacional de educação integral, a promoção do diálogo entre saberes locais e conteúdos escolares, aproximar escola e comunidade, disseminar as experiências, e fomentar programas de desenvolvimento da saúde, cultura, esporte, direitos humanos, educação ambiental, entre outras áreas que colaborem do desenvolvimento do ser de forma integral. Atualmente sofrendo o risco de mudar sua lógica, vindo a priorizar experiências de letramento e ensino de matemática podendo se tornar um espaço de “reforço escolar”.

Para se resguardar o direito de educação das múltiplas dimensões do ser humano devemos diversificar os espaços e as atividades desenvolvidas; nesse sentido pensou-se no conceito de cidade-educadora. Paulo Freire relacionava diretamente a educação enquanto ação permanente e a necessidade de expandir os espaços educacionais, a cidade é cultura *não só pelo que fazemos nela e dela, pelo que criamos nela e com ela, mas também é cultura pela própria mirada estética* (2015, p.28). A cidade é educadora e por isso educanda, essa relação faz da cidade não apenas o local onde acontece a prática educativa enquanto uma prática social, mas também se constitui em um contexto educativo em si mesmo (*Ibdi.*, p.21-32).

Sabendo ser o espaço da sala de aula, na maioria das vezes, pouco atrativo, a escola apresentar falta de infraestrutura, e querendo aumentar a jornada escolar diversificando as propostas pedagógicas, estimula-se o financiamento de propostas que utilizem espaços significativos do bairro e da cidade, proporcionando experiências culturais (cinema, teatro, eventos, etc.). Isto possibilita aos alunos se apropriarem de sua cidade, vivenciando-a de forma pedagógica, aproveitando suas potencialidades não só para trabalhar os conteúdos específicos das áreas, mas para se colocar criticamente perante ela, buscando construir valores que colaborem na sua melhoria.

Educação Integral: construção de valores, cultura de paz e a busca de uma ética primordial:

No seu tratado sobre pedagogia, *Para onde vai a educação*, Piaget aponta mudanças necessárias na educação visando responder às demandas da sociedade, buscando na Declaração Universal dos Direitos do Homem ponderações norteadoras. Esse documento em seu artigo 26 trata das obrigações da sociedade para com o indivíduo a educar. No parágrafo primeiro é exposto o direito que toda pessoa tem à educação, e no parágrafo segundo expõe a necessidade de se ter em vista o pleno desenvolvimento da personalidade humana e o respeito pelos outros, devendo propor atividades para a manutenção da paz. As Nações Unidas enfatizam os objetivos sociais da educação, dando relevância à construção da solidariedade que é a responsável pelo desenvolvimento do respeito ao outro (PIAGET, 2002, p.27-28).

O direito à educação não é exclusivamente o de frequentar escolas, dentro de uma perspectiva de educação que vise o pleno desenvolvimento da personalidade, é o direito de encontrar nessas escolas *tudo aquilo que seja necessário à construção de um raciocínio pronto e de uma consciência moral desperta* (*Ibid.*, p.53). Afirmar o direito à educação é assumir uma responsabilidade maior do que a de ensinar a leitura, a escrita e o cálculo, significa garantir o pleno desenvolvimento das funções mentais e aquisição dos valores morais que correspondem ao exercício dessas funções. A educação intelectual e moral é um direito a desenvolver *determinados instrumentos espirituais*,

mais preciosos que quaisquer outros (Ibid., p.33), para a construção de um mundo pacífico.

O ser humano tem avançado muito no conhecimento das coisas, mas a grande angústia existencial resultante de não encontrar respostas satisfatórias à questão maior *por que sou?*, dá origem a diferentes qualidades de ser humano. As distorções na maneira como o homem se vê induzem a traços negativos da personalidade como a busca pelo poder, a prepotência, a ganância, inveja, avareza, indiferença e outros. O maior objetivo dos sistemas educacionais é combater esses antivalores buscando a construção de um mundo melhor (D'AMBROSIO, in: MOLL, 2012, p.110).

Toda a educação tem objetivos e finalidades, acompanhados de metodologias condizentes. Tendo esse pressuposto, devemos nos perguntar: o que queremos com a educação? Que ser humano queremos formar? Como vamos realizar tal tarefa? O relatório Jacques Delors (1996) divulgado pela UNESCO aponta a necessidade de se desenvolver as capacidades de: Aprender a conhecer; Aprender a fazer; Aprender a viver juntos; e Aprender a ser. Colocando em segundo lugar a clássica lista infundável de conteúdos a serem trabalhados nas diferentes disciplinas, esses deixam de ser o centro do processo educacional e passam a dar suporte unicamente ao desenvolvimento das potencialidades humanas.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, em seu artigo 26, estabelece princípios que norteiam os sistemas educacionais de todos os países. O professor Ubiratan D'Ambrosio sintetiza-os em três princípios, cujo terceiro fala que:

“a educação deve ser dirigida para o desenvolvimento pleno da pessoa e para reforçar o respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. Deve promover compreensão, tolerância e amizade entre todas as nações, grupos raciais e religiosos, e deve fazer avançar os esforços para se alcançar a paz universal e duradoura”. (in: MOLL, 2012, p.107)

Nesse mesmo sentido lembra o autor que a Declaração de Nova Delhi, 1993, reconhece que a educação é o instrumento para a promoção dos valores humanos universais, da qualidade dos recursos humanos e do respeito pela diversidade cultural. Cabe assim à escola uma dupla responsabilidade: preservar as tradições e cultura das gerações anteriores e preparar as novas gerações para a busca permanente do novo, novos conhecimentos e valores. Os novos valores⁶ devem se subordinar a uma ética maior (*ética primordial*, como chama D'Ambrosio) baseada no respeito pelo outro, na solidariedade com o outro e a cooperação com o outro.

Deve-se habilitar a formação de todas as pessoas *para se conduzirem com inteligência, nobreza de objetivos, coragem, resignação diante da vida e um sentimento de fraternidade tão amplo, que jamais pudessem querer a sua vitória sem a vitória também de seu próximo* (TEIXEIRA, 2009, p.39). O professor Anísio ressaltava que

⁶ Compreendemos *valor* como: “O comportamento de cada indivíduo é aceito pelos seus próximos quando subordinados a parâmetros, que denominam-se ‘valores’ e que determinam os acertos e equívocos na produção e utilização das intermediações criadas pelo homem para sua sobrevivência e transcendência.(...) novos meios de sobrevivência e de transcendência fazem com que valores mudem. Mas, alguns valores que estão intrínsecos à ética da diversidade, estudada acima, devem prevalecer: respeito, solidariedade, cooperação, independente de cultura e de sistemas de conhecimento. Respeito, solidariedade e cooperação são transculturais e transdisciplinares.” (D'AMBROSIO, in: MOLL, 2012, p.112)

deveríamos educar para a real participação do indivíduo na elaboração dos valores da sociedade a que pertence, buscando realizar o ideal da convivência pacífica (*Ibid.*).

A prática educativa tem uma natureza ética. Paulo Freire ressaltava que a pedagogia deveria ser fundada na ética, no respeito à dignidade e à autonomia do educando. Devemos ficar atentos contra as práticas desumanizantes, buscando uma convivência amorosa e solidária. Propõe que sigamos uma *ética universal do ser humano* colocando sua construção na prática pedagógica, fundada na solidariedade, condenando a exploração e discriminações, sendo contra a mentira e autoritarismos. Valorizando a ética universal do ser humano e marca da natureza humana, para convivermos em espécie. Para Freire essa deveria ser temática central no processo educacional:

“Nos achamos, ao nível do mundo e não apenas do Brasil, de tal maneira submetidos ao comando da malvadez da ética do mercado, que me parece ser pouco tudo o que façamos na defesa e na prática da ética universal do ser humano”. (FREIRE, 2011, p.19)

Em 1994, o professor Ubiratan D’Ambrosio sugeriu a substituição do ensino religioso por uma proposta de educação para a paz, proposta que nasceu das discussões do movimento holístico⁷, a quem dedica sua militância. Propor um sistema de valores subordinado à ética maior é a missão do educador. Através dele o sistema educacional pode ser o melhor caminho para se atingir um comportamento ético da sociedade, construindo um pacto social digno entre ricos e pobres, entre diferentes, entre nações (*Ibid.*, p.106).

Para se atingir a paz enquanto meta social devemos conceituá-la com um enfoque multidimensional. Buscar a *paz interior* no ser humano entendida como estar de bem consigo mesmo, buscar a *paz social* que é estar em harmonia com os outros, buscar a *paz ambiental* que é a harmonia com a natureza em geral, e afirmar a *paz militar* buscando a ausência de confrontos armados (*Ibid.*, p.108).

A primeira tarefa do educador diante dos problemas referentes à manutenção da paz é *moldar no espírito da criança um instrumento espiritual- não se trata de um hábito novo, nem mesmo uma crença nova, mas de um método e de uma ferramenta nova- a fim de que possa compreender a conduzir-se* (PIAGET, 2002, p.76). Piaget fala que tratando-se do desenvolvimento da inteligência cognitiva, da formação moral ou da formação internacional, os problemas a se vencer são os mesmos, descentrar o indivíduo fazendo-o abandonar suas atitudes egocêntricas conduzindo-o para a reciprocidade. Ao pensar em técnicas para a educação internacional deve-se levar em consideração as dificuldades que caracterizam o espírito humano em geral, buscando relações sociais e pessoais adequadas para a manutenção da paz (*Ibid.*, p.72).

A educação deve apresentar a meta de construção de uma cultura de paz que seja encarada como uma educação para as emoções, “assaltados por emoções destrutivas geramos violência autoinfligida e dirigida aos outros” (ARAÚJO, in: MOLL, 2012, p.208). A sociedade sofre de um *analfabetismo emocional*, as famílias não educam as emoções das crianças e as escolas não apresentam nada organizado nesse sentido. A paz é um processo de aprendizagem que envolve a construção da capacidade de lidar positivamente com as emoções negativas.

⁷ A visão holística é traduzida por uma postura diante do mundo marcada pela ideia de totalidade, onde o princípio de interconexão está por trás de tudo.

Podemos destacar um conjunto de ações necessárias para a construção de homens pacíficos, Araújo (in: MOLL, 2012, p.212-214) sistematiza três grandes eixos de atitudes direcionadas para esse fim: o primeiro é o aperfeiçoamento da repressão legítima contra a violência; o segundo é o aperfeiçoamento das políticas sociais visando a redução da pobreza; o terceiro eixo é a educação para a paz. O autor apresenta a ideia de construir a paz através da mente, promovendo processos que conduzam à harmonia, adotando estratégias de curto, médio e longo prazo, espalhando os benefícios para toda comunidade escolar.

A educação deve assegurar uma formação física, intelectual e moral tão completa quanto possível, sendo o indivíduo orientado de acordo com as suas aptidões⁸ próprias. Devemos focar em sistemas de reciprocidades que impliquem simultaneamente em uma disciplina autônoma e uma descentralização da atividade própria. As dificuldades da educação moral estão em assegurar essa descentralização e estabelecer essa disciplina (PIAGET, 2002, p.64).

A construção da cultura de paz e a educação integral são metas educacionais universais, devemos promovê-las através da vivência de valores e princípios na escola: o multiculturalismo, a ética da alteridade, respeito aos direitos humanos, celebração das diferenças culturais, valorização da inteligência emocional, a prática e instrução da cultura da não-violência, a vivência do cooperativismo, do comunitarismo, da tolerância, e da fraternidade. Entre a educação e a cultura de paz emerge uma condição essencial, a ‘consciência’ que deve ser despertada nos seus variados níveis, o pessoal (consciência individual), o social (consciência relacional), o cultural (consciência identitária), e o espiritual (consciência da unidade), para assim desenvolvermos a visão e o comportamento da cultura de paz (SOUZA, 2009).

Algumas considerações finais...

A educação integral oferece possibilidades de se trabalhar a construção de valores, como o cooperativismo, a solidariedade, o respeito, entre outros, que colaborem para termos seres humanos que atuem na construção de um mundo mais justo social, econômica e culturalmente. Seres humanos mais críticos com os problemas do mundo e mais predispostos a melhorá-los. Seres humanos que tenham na cultura de paz a primeira resposta para resolver as dificuldades que possam lhes aparecer. Seres humanos éticos que considerem suas atitudes pensando se não vão causar mal aos outros.

Devemos redimensionar as prioridades da educação, essas são sempre fruto da escolha de um programa com seus objetivos e finalidades. A educação integral abriu as portas, legal e teoricamente, para essa mudança de paradigma, colocando no centro de todo o processo a pessoa com suas potencialidades e necessidades. Para tal não podemos ter simplesmente uma educação de tempo integral, que mantenha a mesma lógica de funcionamento, não precisamos de listas de conteúdos e tampouco de uma instrução técnica que não possibilite o verdadeiro acesso ao desenvolvimento das múltiplas potencialidades, assim como as reformas atuais no ensino médio propõe.

Não queremos qualquer educação integral, e sim uma que abarque a complexidade humana, oferecendo uma formação diversificada, com artes, música, esportes, e o desenvolvimento de atividades de iniciação científica através de projetos

⁸ Para Piaget aptidão é: *aquilo que distingue, uns dos outros, indivíduos do mesmo nível mental* (2002, p.40)

de interesse dos alunos e da comunidade escolar, como questões relacionadas à ecologia, à saúde, e outras temáticas transversais relevantes em seus contextos. A educação deve colaborar no desenvolvimento de todas as dimensões humanas, possibilitando a autonomia e a felicidade de “ser mais” como dizia Paulo Freire.

Referências bibliográficas:

- ALMEIDA, Stela Borges. Escola Parque: paradigma escolar – 1947/51. 156 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1988.
- ARAÚJO, João Roberto de. *Ensinar a paz: proposta para um currículo de educação integral*. In.: MOLL, Jaqueline (et al.). *Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos*. Porto Alegre: Penso, 2012, p.207-221.
- D’AMBROSIO, Ubiratan. *Formação de valores: um enfoque transdisciplinar*. In: MOLL, Jaqueline (et al.). *Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos*. Porto Alegre: Penso, 2012, p.106-117.
- DELOR, Jacques. *Educação: um tesouro a descobrir*. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. UNESCO: 1996. 288p.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa*.
- FREIRE, Paulo. *Política e educação*. 2ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2015. 144p.
- KEHL, Maria Rita. *A juventude como sintoma da cultura*. In.: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (orgs.). *Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004, p.89-114.
- MOLL, Jaqueline. *O paradigma contemporâneo de educação integral*. [Texto sem mais referências] 2009.
- MOLL, Jaqueline (et al.). *Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos*. Porto Alegre: Penso, 2012. 504p.
- MOLL, Jaqueline. *A agenda da educação integral: compromissos para sua consolidação como política pública*. In: MOLL, Jaqueline (et al.). *Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos*. Porto Alegre: Penso, 2012, p.129-146.
- PERONDI, Maurício. *Narrativas de jovens: experiências de participação social e sentidos atribuídos às suas vidas*. Tese de doutorado pelo programa de Pós-graduação em Educação (PPGEDU), UFRGS, 2013.
- PIAGET, Jean. *Para onde vai a educação?* Tradução de Ivette Braga-16ª ed.- Rio de Janeiro: José Olympio, 2002. 80p.
- RIBEIRO, Darcy. *O Livro dos CIEPs*, Rio de Janeiro: Bloch Ed. 1986.
- _____. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. 435p.
- SOUZA, Denizard. *Em busca do ser integral*. Brasília: LGE Editora, 2009. 123p.
- TEIXEIRA, Anísio. *Centro Educacional Carneiro Ribeiro: discurso*. Atualidades Pedagógicas, v. 1, n. 5, p. 16-20, set./out. 1950.

_____. *Centro Educacional Carneiro Ribeiro: discurso*. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, v. 31, n. 73, p. 78-84, jan./mar. 1959.

_____. *Plano de construções escolares de Brasília*. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, v. 35, n. 81, p. 195-199, jan./mar. 1961.

_____. *Educação é um direito*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009. 230p.

Endereços eletrônicos:

<http://integraldf.blogspot.com.br/2012/12/novos-macrocampos-para-o-programa-mais.html>

<http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>